

EMENTA	
Área temática	II - Investigação policial
Disciplina	6 - Medidas cautelares e meios qualificados de obtenção de prova
Módulo	b - Medidas cautelares em espécie
Código	II.6.b
<p>Mapa de competências</p> <p>A partir dos conhecimentos aplicados, embasados na relação ensino-aprendizagem, são competências decorrentes desse processo a capacidade de compreender e aplicar as diversas espécies de medidas cautelares durante a investigação policial.</p>	
Carga horária recomendada: 80 horas	
<p>Descrição</p> <p>O ordenamento jurídico brasileiro vislumbrando a importância do tema, estabeleceu diversas medidas cautelares em sede penal para que a persecução penal não fosse prejudicada pela demora dos meios cognitivos.</p> <p>No curso do processo ou da investigação policial, a existência de medidas cautelares é salutar para a efetividade investigativa, para a obtenção de elementos mínimos de materialidade e autoria, imperiosos para a configuração da justa causa da ação penal futura. Assim, pela variedade e por apresentarem diversas peculiaridades, é que se justifica o estudo das espécies cautelares em si.</p> <p>Portanto, essencial para a Polícia Civil do Estado de Goiás, a qualificação dos policiais civis no que tange a este tema através de um processo de ensino-aprendizagem no ambiente corporativo.</p>	
<p>Objetivo</p> <p>Criar condições para que o policial civil possa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ ampliar conhecimentos para compreender as diversas medidas cautelares existentes em sede de investigação policial; ➤ desenvolver e exercitar habilidades para utilizar oportunamente as medidas cautelares previstas em lei; ➤ fortalecer atitudes para reconhecer a importância das medidas cautelares na repressão qualificada e na investigação policial. 	
<p>Conteúdo Programático</p> <p>1. Medidas cautelares pessoais</p> <p>1.1 Prisionais</p> <p>1.1.1 Prisão Preventiva</p> <p>1.1.1.1 Decretação da prisão preventiva: momento e legitimidade para requerê-la</p> <p>1.1.1.2 Pressupostos</p> <p>1.1.1.3 Finalidades específicas</p> <p>1.1.1.4 Hipóteses de cabimento (Art.s 312, § 1º e 313 do CPP)</p> <p>1.1.1.5 Substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar</p> <p>1.1.1.6 Revogação</p> <p>1.1.1.7 Fundamentação da decisão</p> <p>1.1.1.8 Prisão preventiva no período eleitoral</p> <p>1.1.1.9 Cumprimento de mandado de prisão em comarca distinta de onde foi</p>	

decretada

1.1.1.10 Jurisprudência do STJ e STF sobre o tema

1.1.2 Prisão Temporária

1.1.2.1 Decretação da prisão temporária: momento e legitimidade para requerê-la

1.1.2.2 Pressupostos

1.1.2.3 Finalidades específicas

1.1.2.4 Hipóteses de cabimento

1.1.2.5 Prazo

1.1.2.6 Legislação aplicada ao tema

1.1.2.7 Jurisprudência do STJ e STF sobre o tema

1.1.3 Banco nacional de mandados de prisão – BNMP

1.2 Não prisionais ou alternativas à prisão

1.2.1 Decretação: momento e legitimidade para requerê-las

1.2.2 Substituição, cumulação e revogação

1.2.3 Pressupostos

1.2.4 Finalidades específicas

1.2.5 Medidas em espécie

1.2.5.1 Comparecimento periódico em juízo (art. 319, inc. I, do CPP)

1.2.5.2 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares (art. 319, inc. II, do CPP)

1.2.5.3 Proibição de manter contato com determinada pessoa (art. 319, inc. III, do CPP)

1.2.5.4 Proibição de ausentar-se da comarca (art. 319, inc. IV, do CPP)

1.2.5.5 Recolhimento domiciliar (art. 319, inc. V, do CPP)

1.2.5.6 Suspensão do exercício de função pública ou atividade econômica ou financeira (art. 319, inc. VI, do CPP)

1.2.5.7 Internação provisória (art. 319, inc. VII, do CPP)

1.2.5.8 Fiança (art. 319, inc. VIII, do CPP)

1.2.5.9 Monitoração eletrônica (art. 319, inc. IX, do CPP)

1.2.5.10 Proibição de ausentar-se do país (art. 320, do CPP)

1.2.5.11 Jurisprudência do STJ e STF sobre o tema

2 Medidas cautelares reais, patrimoniais ou assecuratórias

2.1 Considerações iniciais

2.2 Classificação

2.3 Sequestro de bens

2.3.1 Conceito, natureza jurídica e finalidades

2.3.2 Objeto

2.3.3 Pressupostos

2.3.4 Momento e legitimidade para requerer e decretar o sequestro de bens

2.3.5 Sequestro de bens retardado, diferido, postergado ou de ação controlada

2.3.6 Prazo eficaz do sequestro

2.3.7 Alienação antecipada de bens apreendidos

2.3.7.1 Resolução nº 356 do CNJ

2.3.8 Legislação aplicada ao tema

2.3.9 Jurisprudência do STJ e STF sobre o tema

3 Medidas cautelares probatórias

3.1 Interceptação telefônica

3.1.1 Fundamento constitucional

3.1.2 Interceptação, escuta, gravação e aplicação da Lei nº 9.296/96

3.1.3 Interceptação telefônica, dados telefônicos e dados provenientes da internet

3.1.4 Requisitos da interceptação telefônica

- 3.1.4.1 Autorização judicial
- 3.1.4.2 Indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal
- 3.1.4.3 Impossibilidade de produção da prova por outros meios disponíveis
- 3.1.4.4 Infração penal punida com reclusão
- 3.1.5 Procedimento da interceptação telefônica
- 3.1.6 Prazo da interceptação telefônica e a sua prorrogação
- 3.1.7 Segredo de justiça
- 3.1.8 Interceptação ambiental (captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos)
- 3.1.9 Principais jurisprudências dos Tribunais Superiores relativas ao tema
- 3.2 Afastamento de sigilos de dados telefônicos, correspondência, dados bancários e fiscal
 - 3.2.1 Fundamentos constitucionais
 - 3.2.2 Sigilos de dados telefônicos e de dados cadastrais
 - 3.2.3 Sigilo da correspondência
 - 3.2.4 Sigilos bancário e fiscal
 - 3.2.5 Legislação aplicada ao tema
 - 3.2.6 Principais jurisprudências dos Tribunais Superiores relativas ao tema
- 3.3 Infiltração de agentes
 - 3.3.1 Conceito
 - 3.3.2 Requisitos
 - 3.3.3 Procedimento
 - 3.3.4 O agente infiltrado
 - 3.3.4.1 Aspectos criminais
 - 3.3.4.2 Direitos do agente infiltrado
 - 3.3.5 A infiltração virtual de agentes de polícia (ECA)
 - 3.3.6 Legislação aplicada ao tema
 - 3.3.7 Jurisprudência do STJ e STF sobre o tema
- 3.4 Ação Controlada
 - 3.4.1 Procedimento
 - 3.4.2 A situação flagrancial dos fatos que ocorreram no curso da ação controlada
 - 3.4.3 Ação controlada entre países
 - 3.4.4 Legislação aplicada ao tema
 - 3.4.5 Jurisprudência do STJ e STF sobre o tema
- 3.5 Antecipação cautelar de provas
 - 3.5.1 Conceito
 - 3.5.2 Previsão legal e jurisprudencial
 - 3.5.3 Procedimento
 - 3.5.4 Legislação aplicada ao tema
- 4. Representação criminal por medidas cautelares
 - 4.1 Endereçamento
 - 4.2 Preâmbulo
 - 4.3 Do embasamento fático
 - 4.4 Do embasamento jurídico
 - 4.5 Dos pedidos

Bibliografia indicada

GOMES, L.F.; MARQUES, I. L. **Prisão e Medidas Cautelares. Comentários à Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ªed. 2011.

Estratégias de ensino e aprendizagem

As estratégias de ensino e aprendizagem estão dispostas na MACPC/GO e devem ser escolhidas pelo facilitador, restringindo-se a métodos e técnicas adequados aos objetivos.

Avaliação de Aprendizagem

A avaliação do aluno seguirá as disposições do Regimento Interno da ESPC. Serão ainda utilizadas avaliações de aprendizagem diagnóstica, formativa e somativa, como forma de aperfeiçoamento do ensino.

Referências Bibliográficas

BRASIL, SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **MATRIZ CURRICULAR NACIONAL para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública/** coordenação: Andréa da Silveira Passos..(et AL). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.
GOMES, L.F.; MARQUES, I. L. **Prisão e Medidas Cautelares. Comentários à Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ªed. 2011.